

## OJC e Barco Sorriso prestam mais de cem serviços médicos e odontológicos a comunidades tradicional e indígena do litoral do Paraná

No último sábado (09), o Observatório de Justiça e Conservação (OJC) e o [Barco Sorriso](#) prestaram atendimento médico e odontológico a 58 pessoas da comunidade do Maciel e da aldeia de Guaviraty, de etnia Guarani, no litoral do Paraná. Ao todo, foram 118 procedimentos e serviços realizados. Participaram da ação 23 voluntários, entre médicos, cirurgiões dentistas, enfermeiros, envolvidos com a recreação infantil e fotógrafos.

Foi voluntária também a coleta dos medicamentos e materiais odontológicos utilizados nos atendimentos, bem como o envolvimento da Associação Mar Brasil, instituição que trabalha pela conservação da natureza no litoral do Estado e é parceira do OJC. No dia da ação, a Mar Brasil cedeu o barco de trabalho e promoveu os deslocamentos dos voluntários entre as comunidades atendidas.

O [Barco Sorriso](#) presta, desde 2013, atendimento odontológico e educação em saúde a comunidades litorâneas isoladas. A ação em conjunto entre as instituições buscou oferecer atenção às pessoas que vivem na região e carecem de atenção e atendimentos básicos do poder público.

À comunidade indígena, foram entregues 50 kits de higiene pessoal oferecidos pela empresa [Master Sul](#), parceira do Barco Sorriso. Em Maciel, além de orientações sobre higiene, foram feitos procedimentos para tratamento restaurativos, de cáries e de profilaxia, por exemplo.

A ação foi apoiada pelo OJC a partir de recursos viabilizados até o momento com as [vendas das camisetas e ecobags da campanha #SalveIlhaDoMel](#). Os produtos foram criados no final de 2018 para que, com o dinheiro arrecadado, mais ações capazes de democratizar o acesso à informações sobre as intenções altamente duvidosas que envolvem a proposta de construção de um porto privado – viabilizado com dinheiro público – em Pontal do Paraná, em frente à Ilha do Mel.

As camisetas e ecobags estão disponíveis em duas opções de ilustrações diferentes, em algodão cru (produzidos com mínimo impacto ambiental) ou na cor preta. Elas são feitas com algodão orgânico e 100% certificado e podem ser compradas [aqui](#).

## Ausência de serviços básicos de saúde e de atenção pública impressiona

A carência de serviços básicos de saúde nos locais visitados chama muito a atenção. Especialmente em Maciel, faltam postos de saúde, escolas, oportunidades de geração de renda, segurança e, acima de tudo, respeito às comunidades.

Mais do que nunca, elas sofrem violentas pressões para deixarem os locais onde vivem por parte de interessados na viabilização do porto e dos demais empreendimentos prometidos pela Faixa de Infraestrutura. A faixa compreenderia outras obras para atender ao porto e custaria, só na primeira etapa das construções, R\$ 369 milhões dos cofres públicos.

Os empreendimentos afetariam diretamente a existência dessas comunidades, que, até agora, não vêm tendo suas opiniões consideradas pelo Governo do Paraná. De modo extremamente questionável, a ideia vem sendo apoiada pelo poder público.

Para Karina de Lima, cirurgiã Dentista e cofundadora do Barco Sorriso, perceber o nível de carência das pessoas atendidas é o momento mais difícil dos trabalhos, mas a chance de contribuir com alguma transformação daquela condição é o melhor estímulo para os profissionais envolvidos. “Sempre conseguimos perceber a evolução que causamos nas comunidades que acompanhamos ao longo do projeto, quando voltamos aos locais algum tempo depois. É gratificante ver o empenho de cada voluntário envolvido, a dedicação e doação de tempo e trabalho que todos se propõem a fazer. Quanto mais nos doamos, mais recebemos”, disse.

Para ver as fotos da ação, feitas pelo voluntário do Barco Sorriso, Bruno Santos, clique [aqui](#).

## Autorização para construção da Faixa de Infraestrutura voltou a ser concedida

A licença prévia e o licenciamento ambiental da Faixa de Infraestrutura estavam suspensos até o dia 12 de fevereiro, quando, após solicitação do Governo do Paraná, o ministro João Otávio de Noronha, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) derrubou a liminar que suspendia o licenciamento concedido pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para a construção da Faixa de Infraestrutura, em Pontal do Paraná.

Em novembro de 2018, o desembargador Cândido Alfredo Leal Júnior, do Tribunal Regional

Federal da 4ª região (TRF4), havia concordado com os argumentos do Ministério Público do Paraná (MP-PR) – que apontava diversas nulidades no caso – e suspenso a concessão para a licença e a abertura dos licenciamentos. Isso para “evitar a ocorrência de danos ambientais e prejuízos às comunidades envolvidas (inclusive indígenas) e ao erário”, que se refere às finanças públicas.

A decisão do dia 12 foi mais uma amostra de que a opinião da sociedade não está sendo considerada no processo. Mais de 210 mil e-mails já foram enviados pela população ao poder público por meio do site [www.salveailhadomel.com.br](http://www.salveailhadomel.com.br). Até agora, o Governo do Paraná não retornou as mensagens com nenhuma nota de consideração. Apenas continua manifestando apoio às obras.

O que a campanha #SalveAIlhaDoMel pretende, portanto, é reforçar a ideia de que a sociedade não pode permitir que interesses individuais predominem sobre os coletivos, nem aceitar discursos de “ganância disfarçada de desenvolvimento”.

Para saber mais, acesse [salveailhadomel.com.br](http://salveailhadomel.com.br).